



TSE chama presenciáveis e seus vices, além de representantes dos partidos, para visitarem, quarta-feira, o local onde será feita a apuração das eleições. Mais uma iniciativa para mostrar a segurança e a transparência do pleito

Sala aberta para afastar suspeita

» SARAH PAES

A sala onde ocorre a apuração das eleições, na Seção de Totalização (Setot) do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) — que abriga o computador central onde é feita a contabilidade dos votos —, estará aberta, nesta quarta-feira, para receber a visita de candidatos a presidente e vice-presidente da República e dos representantes das entidades fiscalizadoras do pleito. O convite foi feito pelo ministro Alexandre de Moraes, presidente do TSE, e é mais uma iniciativa da corte de mostrar que o processo de votação e apuração é, além de seguro, transparente.

Esta mesma sala, que é alvo das teorias difundidas por Jair Bolsonaro (PL) e seus apoiadores, não é “secreta” como acusa o presidente. E estará aberta no dia da apuração dos votos para o acesso de entidades fiscalizadoras do processo eleitoral.

Segundo o TSE, “a Seção de Totalização (Setot) é uma das áreas da Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que atua no desenvolvimento dos sistemas de totalização e divulgação dos resultados. O setor é composto por uma equipe de 20 servidores que trabalham em conjunto com outros setores do

16
instituições estão credenciadas no TSE para fiscalizar as eleições, no próximo dia 2

TSE e dos Tribunais Regionais Eleitorais (TRE)”.

Durante entrevista ao apresentador Sikêra Júnior, na última quinta-feira, apesar de recomendar a seus eleitores que votem e de questionar a confiabilidade da sala, Bolsonaro voltou a defender o voto impresso. afirmou, ainda, que segundo informações passadas a ele, as Forças Armadas, a Polícia Federal e a Controladoria-Geral da União (CGU) devem acompanhar o processo — jamais houve impedimento para que essas instituições acompanhassem os pleitos.

O local é um espaço de trabalho convencional. Os computadores são distribuídos em baias e com acesso livre para os representantes das entidades fiscalizadoras, como Ministério Público (MP), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), PF, partidos políticos, militares e observadores internacionais.

O processo eleitoral é aberto à fiscalização de mais de uma centena de entidades. De acordo com art. 6º da Resolução-TSE nº 23.673/2021, que normatiza o tema, estão aptas a fiscalizar o processo eleitoral 16 instituições.

Ainda de acordo com o TSE, a contagem dos votos não é realizada por humanos — o processo é completamente eletrônico. “A equipe não faz a totalização, que é realizada por um computador, que fica no Centro de Processamentos de Dados, sem qualquer interferência humana”, salienta o tribunal.

No último sábado, a Embaixada dos Estados Unidos no Brasil se pronunciou nas redes sociais reforçando a confiabilidade do sistema eleitoral brasileiro. “Nossa confiança nas eleições brasileiras tem sido claramente reforçada por vários funcionários do alto escalão do governo dos EUA e permanece inalterada. O eventual reconhecimento dos EUA virá ao candidato que vencer a eleição presidencial como resultado da nossa determinação sobre a integridade do processo eleitoral liderado pelo @TSEjusr, e não de uma negociação com qualquer candidato ou partido político”, afirmou em tuite.

Nestas eleições será utilizado um novo modelo de urna, junto com o modelo anterior. Em 25 anos de existência, o sistema eletrônico de votação nunca registrou fraude.

LR Moreira/Secom/TSE



Sala de totalização estará à disposição dos candidatos e partidos. Ideia é mostrar que não há nada “secreto”

Marcos Corrêa/PR



Diplomata que assessora a primeira-dama comandará consulado nos EUA

Michelle interfere em promoção

» VICENTE NUNES
CORRESPONDENTE

Lisboa — O Ministério das Relações Exteriores (MRE), que vem sendo atacado dentro do governo por falhas no protocolo em viagens do presidente Jair Bolsonaro (PL) ao exterior, está em pé de guerra. Motivo: a constante interferência da primeira-dama, Michelle Bolsonaro, em promoções e nomeações dentro da instituição com o intuito de favorecer sua auxiliar, a diplomata Marcela Braga.

Em junho deste ano, por determinação da primeira-dama, Marcela furou uma fila de 220 funcionários do Itamaraty e foi promovida ao cargo de conselheira. Agora, ela passou na frente

de dezenas de colegas e ocupará o cargo de cônsul-geral em Orlando, nos Estados Unidos, a partir de janeiro do próximo ano. A representação diplomática foi inaugurada há três meses para atender 120 mil brasileiros que vivem na cidade norte-americana, conhecida por abrigar parques temáticos, como o da Disney.

As regras de promoção e de nomeações do Itamaraty costumam ser rígidas. Preveem, por exemplo, que a ascensão na carreira siga o tempo de antiguidade, de forma a prestigiar aqueles que adquiriram mais conhecimento ao exercerem funções no país e no exterior. Quando há promoções, normalmente, os 70 primeiros da lista costumam ser beneficiados. Para cargos estratégicos, como o do consulado em Orlando, a seleção, em tese, é ainda mais rígida.

Os colegas de Marcela, no Itamaraty, dizem que ela é esforçada, mas não tem estofamento suficiente para comandar um consulado. Não ainda. Como

conselheira, deveria ser a quinta na hierarquia do órgão que é responsável por resolver todas as pendências de cidadãos que vivem na região atendida. Os consulados são, para os brasileiros, mais importantes do que as embaixadas, cuja missão é mais política. No dia a dia, como a perda de um passaporte, quem resolve é o consulado.

“Portanto, nomear uma pessoa sem experiência para um cargo técnico e estratégico não é recomendável”, diz um diplomata brasileiro com longo histórico no Itamaraty. No geral, os consulados sempre tiveram uma imagem ruim, por atenderem mal os brasileiros que precisam de auxílio no exterior. Mais recentemente, houve uma virada administrativa em vários deles, onde a espera por um mero passaporte demorava até 10 meses.

Proximidade

Marcela Braga é a única assessora internacional de

Michelle Bolsonaro. As duas ficaram muito próximas desde que a primeira-dama passou a viajar mais para o exterior com o presidente da República. Recentemente, a diplomata ganhou mais pontos com Michelle depois que o modelo que ela usou no funeral da rainha Elizabeth II foi elogiado pela elegância e discrição.

“Essa prestação de serviço está longe de ser relevante dentro da carreira do Itamaraty”, complementa uma funcionária do alto escalão do Ministério das Relações Exteriores.

Marcela tem graduação em letras pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e mestrado em Linguística pela mesma instituição. Segundo o currículo que disponibiliza nos sites do governo federal, serviu em postos diplomáticos e consulares em Tóquio, Liubliana (Eslovênia) e Hanói (Vietnã) e atuou nas áreas de cerimonial, administração, consular, cultural e de comércio exterior.



ROBERTO BRANT

SERIA IMPORTANTE QUE CADA BRASILEIRO MEDITASSE E COMEÇASSE A SONHAR COM UMA VERDADEIRA REFORMA DO SISTEMA COM QUE ELEGEMOS Nossos DEPUTADOS

(cartas: SIG, Quadra 2, Lote 340 / CEP 70.610-901)

Uma ilusão democrática

Dentro de uma semana ou, com maior probabilidade, no final de outubro, conheceremos aquele que o povo brasileiro escolheu para presidir o país nos próximos quatro anos. Durante o processo eleitoral, os meios de comunicação e as redes sociais propiciaram aos eleitores o mais amplo conhecimento dos candidatos realmente competitivos. O perfil de cada um, suas idéias, seus valores, sua biografia, seu histórico político, seus defeitos e deficiências ficaram expostos com grande transparência e sujeitos ao juízo crítico de todos os eleitores.

Mesmo com tudo isso, o voto para presidente pode se revelar um grande equívoco, como tem sido muitas vezes o caso. A causa, no entanto, não terá sido nunca defeito

do sistema eleitoral ou a falta de informação do eleitor, e sim a imperfeição do seu juízo político, este um problema derivado da natureza humana e sem remédio conhecido. As boas democracias são aquelas em que as instituições políticas são desenhadas para lidar com as imperfeições humanas, atenuando seus efeitos, sem suprimir as liberdades e sem submeter as pessoas ao jugo de uns poucos.

Como o poder não é exercido autocraticamente pelo governante, mas compartilhado com o Parlamento, nas democracias que funcionam as escolhas do presidente e dos parlamentares estão solidamente articuladas. Nos regimes parlamentaristas, o governo é a maioria parlamentar, ambos originados de

uma só vontade majoritária. Nos regimes presidencialistas mais importantes, como o dos Estados Unidos e o da França, a eleição do Parlamento é realizada de forma tal que a vontade popular de fortalecer ou limitar o governo é inteiramente clara para o eleitor.

Na França, só após a escolha do presidente da República a população é convocada para eleger um Parlamento, oportunidade em que o povo pode definir sem ambiguidades se deseja dar ao governo uma maioria para atuar livremente, ou uma minoria que o obrigue à negociação e à moderação dos seus projetos e de suas idéias.

Nos Estados Unidos, a Câmara e parte do Senado são eleitos em meio ao mandato presidencial, para que a

população decida favorecer o governo com uma maioria ou, ao contrário, limitá-lo, elegendos mais congressistas de oposição. Em ambos os casos, a escolha dos parlamentares se dá por eleição majoritária, no âmbito de distritos circunscritos regionalmente, onde cada eleitor conhece os candidatos e sabe qual o real significado do seu voto.

No Brasil, as coisas são totalmente diferentes. As eleições para a Câmara dos Deputados, vitais para o dimensionamento do poder de fato do presidente, transcorrem na maior invisibilidade e por meio de um processo que oculta do eleitor a consequência do seu voto. A quantidade de candidatos e de partidos torna impossível qualquer avaliação.

Falta de clareza

Na eleição presidencial, o eleitor exprime com clareza sua vontade e suas expectativas. Entre nós, na eleição dos deputados o voto raramente tem um sentido, em termos de visão do país ou de alternativas de políticas públicas, sendo de um modo geral uma escolha aleatória e inconsequente. Por essa razão, nossas eleições parlamentares, embora ocorrendo no mesmo dia da eleição presidencial, são, na verdade, um evento paralelo e não um processo de formação de maiorias políticas, como deveria ser e como é em todo o mundo democrático.

Ao final, carregando dezenas de milhões de votos e expressando sem dúvida a

vontade majoritária do país, o governo para funcionar tem que formar, por conta própria, a maioria parlamentar que a população não pode eleger, por artes de um sistema eleitoral sem equivalente no mundo e concebido para iludir a vontade política da população. A forma como se constroem essas maiorias artificiais tem sido a maldição de muitos governos, causa da corrupção que tem ferido o Estado brasileiro e que resiste a todas as tentativas de combate.

Em 2 de outubro, seria importante que cada brasileiro meditasse um instante sobre essas tristes realidades e começasse a sonhar com uma verdadeira reforma do sistema com que elegemos nossos deputados.